



UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL



RAFAEL ALBUQUERQUE CAMPOS

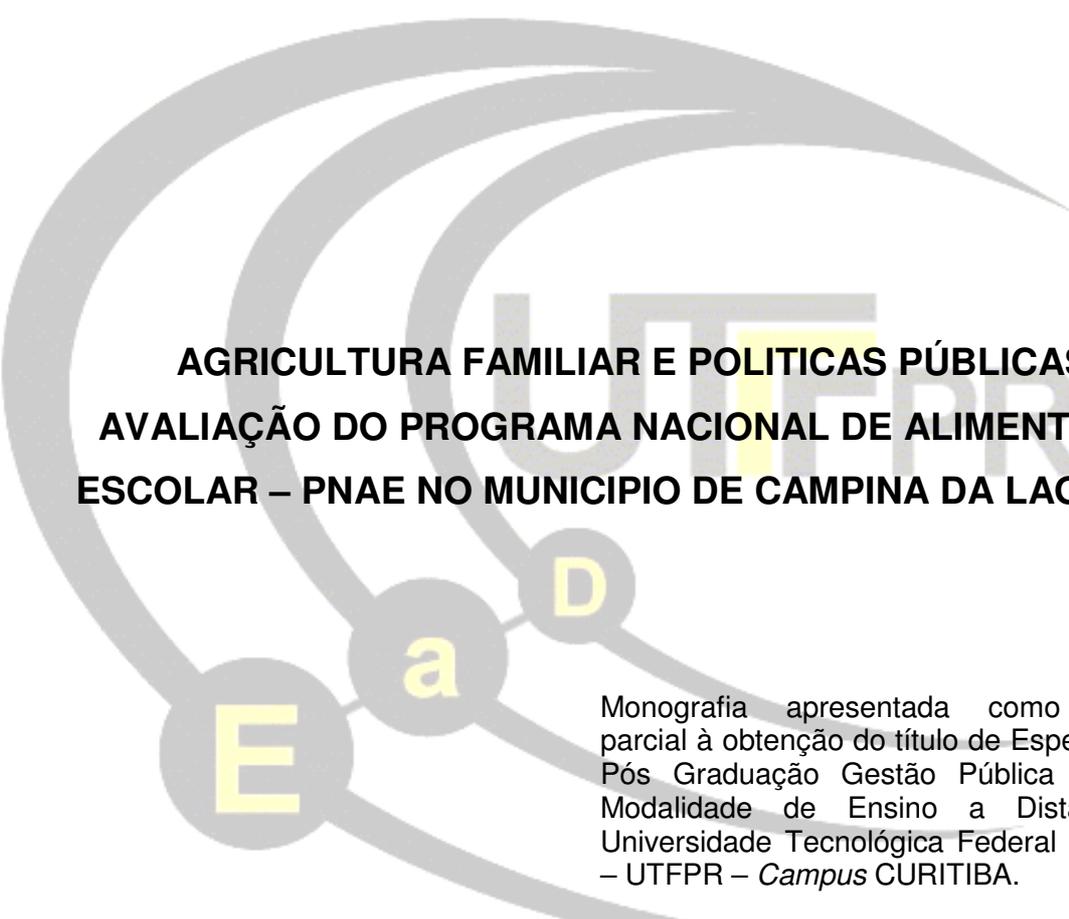
**AGRICULTURA FAMILIAR E POLITICAS PÚBLICAS:
AVALIAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO
ESCOLAR – PNAE NO MUNICÍPIO DE CAMPINA DA LAGOA/PR**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

CURITIBA

2011

RAFAEL ALBUQUERQUE CAMPOS



**AGRICULTURA FAMILIAR E POLITICAS PÚBLICAS:
AVALIAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO
ESCOLAR – PNAE NO MUNICÍPIO DE CAMPINA DA LAGOA/PR**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós Graduação Gestão Pública Municipal, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – *Campus* CURITIBA.

Orientador: Prof. Dr. Christian Luiz da Silva

EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

CURITIBA

2011



Ministério da Educação
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Especialização em Gestão Pública Municipal



TERMO DE APROVAÇÃO

AGRICULTURA FAMILIAR E POLITICAS PÚBLICAS: AVALIAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE NO MUNICÍPIO DE CAMPINA DA LAGOA/PR

Por

Rafael Albuquerque Campos

Esta monografia foi apresentada às..... h do dia **xx de Yccccccc de 2010** como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista no Curso de Especialização em Ensino de Ciências, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, *Campus CURITIBA*. O candidato foi argüido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho

Prof Dr. Christian Luiz da Silva
UTFPR – *Campus CURITIBA*
(orientadora)

Prof Dr. Ciclano da Cicla
UTFPR – *Campus CURITIBA*

Prof *M.Sc.* Beltano da Silva
UTFPR – *Campus CURITIBA*

Dedico este trabalho a Deus, por presentear-me com o Dom da Vida, e dar-me a oportunidade de vivê-la, sendo o maestro desta maravilhosa orquestra, que por muitas vezes parece desajustada, a ponto de pensar em desistir, mas ao fim encontro força, até desconhecida, que me permite vencer e perceber a alegria da vitória. À minha família que soube me acolher e apoiar em todos os momentos, principalmente estimulando minhas forças para que fosse capaz de vencer mais um desafio em minha vida.

Rafael

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me concedido o Dom da vida e me dar saúde e sabedoria para sempre buscar o conhecimento.

A Minha esposa por ter sempre me apoiado e estar ao meu lado nas horas que mais necessito.

Ao meu orientador Dr. Christian Luiz da Silva que procurou sempre nos dar um caminho científico e também para nossa vida.

Aos meus colegas, tutores presenciais e a distancia de turma que trocamos experiências, conhecimentos e compartilhamos da nossa vida.

Ao corpo docente desta instituição UTFPR, que nos passaram conhecimentos.

Enfim a todos que de uma forma ou de outra compartilharam para que está pós graduação acontecesse.

“Se todos fizéssemos o que somos capazes,
ficaríamos espantados com nós mesmos”.
(THOMAS EDISON)

RESUMO

CAMPOS, Rafael Albuquerque. **Agricultura Familiar e políticas públicas:** avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE no município de Campina da Lagoa/Pr. 51 pg. Monografia (Especialização em Gestão Pública Municipal). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, CURITIBA, ano.

A agricultura familiar é de suma importância para o município, pois permite alavancar a economia local e por meio desta melhorar a qualidade de vida da população. Neste contexto o PNAE é instrumento condutor da melhoria para a população. O objetivo do estudo consiste em *Avaliar o Programa Nacional Alimentação Escolar no município de Campina da Lagoa/Pr.* A metodologia utilizada é caracterizada como descritiva, a partir de fontes primárias e secundárias e estudo de caso, tendo como foco o PNAE no município de Campina da Lagoa/Pr. Conclui-se que o programa PNAE, como programa de complementação de renda, traz benefícios para os agricultores familiares, para o município e para a população. Sendo importante o maior incentivo da gestão pública municipal.

Palavras-chave: Gestão Pública, agricultura, qualidade de vida.

ABSTRACT

CAMPOS, Rafael Albuquerque. **Family Farming and public policy: an assessment of the National School Feeding - PNAE in Campina da Lagoa/Pr.** Monografia (Especialização em Gestão Pública Municipal). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, CURITIBA, ano.

The family farm is of paramount importance for the city, as it allows boost the local economy and through this improve the quality of life. In this context PNAE instrument driver is improvement to the population. The aim of this study is to evaluate the National School Feeding Program in Campina da Lagoa / Pr. The methodology used is characterized as descriptive, from primary and secondary sources and case studies, focusing PNAE in Campina da Lagoa / Pr. It is concluded that the program PNAE as income supplementation program, benefits for family farmers, for the municipality and the public. Being the most important incentive municipal public management.

Keywords: Public Management, agriculture, quality of life.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Etapas de um programa	16
FIGURA 2: Localização do município de Campina da Lagoa/Pr.....	23
FIGURA 3: Evolução do PIB nominal do município de Campina da Lagoa, - 2005-2008	28
FIGURA 4: Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos do município de Campina da Lagoa	29
FIGURA 5: Evolução da população do município de Campina da Lagoa: 2005-2020	30
FIGURA 6: Distribuição das Despesas Municipais de Campina da Lagoa - 2009	36
FIGURA 7: Distribuição das Despesas Municipais de Campina da Lagoa - 2010	36

LISTA DE TABELA

TABELA 1: Evolução PIB município de Campina da Lagoa: 2005-2008.....	28
TABELA 2: Evolução da população do município de Campina da Lagoa: 2005-2020.	30
TABELA 3: Estabelecimentos agropecuaristas e áreas segundo a condição de produto do município de Campina da Lagoa – 2006.....	31
TABELA 4: Estabelecimentos agropecuários segundo as atividades econômicas do município de Campina da Lagoa – 2006	32
TABELA 5: Distribuição das despesas do município de Campina da Lagoa por órgãos e funções para os anos de 2009 e 2010	35
TABELA 6: Gastos Somente com o Departamento da Agricultura do município de Campina da Lagoa 2009-2010	37

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 REVISÃO TEÓRICA	13
2.1 POLITICAS PÚBLICAS	13
2.1.1 Formulação de políticas públicas	13
2.1.2 Gestão das políticas públicas	16
2.2 AGRICULTURA FAMILIAR	17
2.3 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE	19
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	23
3.1 LOCAL DA PESQUISA	23
3.2 TIPO DE PESQUISA	25
3.3 COLETA DOS DADOS	25
3.4 ANÁLISE DOS DADOS	26
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	27
4.1 PERFIL SOCIOECONOMICO DO MUNICIPIO DE CAMPINA DA LAGOA	27
4.2 POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS	26
4.3 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	38
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÃO	44
6 REFERÊNCIAS	47
ANEXOS	Erro! Indicador não definido.

1 INTRODUÇÃO

O setor agropecuário familiar, destacando nestes os agricultores familiares é de suma importância para a economia municipal e para a melhoria das condições de vida da população, sendo necessário incentivo da gestão pública municipal.

O presente trabalho tem como objeto de estudo o Programa Nacional da Agricultura Familiar – PNAE, sendo aplicado a partir da titulação, *Agricultura Familiar e Políticas Públicas: avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE no município de Campina da Lagoa/Pr.*

A problematização do estudo consiste em responder ao questionamento: *A política pública voltada para a agricultura familiar do PNAE no município de Campina da Lagoa está sendo eficiente e suficiente para atender a demanda do público-alvo.* Sendo a hipótese que por meio do incentivo da gestão municipal há melhoria das condições de vida das famílias dos agricultores familiares e conseqüentemente traz melhorias para o município e para a população local.

A justificativa é a necessidade em dar maior importância e incentivo à agricultura familiar, principalmente em municípios de base agrícola como Campina da Lagoa.

O objetivo geral consiste em, *Avaliar o Programa Nacional Alimentação Escolar no município de Campina da Lagoa/Pr.* Sendo este realizado a partir dos objetivos específicos que consistem em: *Fazer um diagnóstico da agricultura familiar no município de Campina da Lagoa; Descrever o programa PNAE no município de Campina da Lagoa; Avaliar a aplicação do PNAE no município; Analisar o papel do município em relação à aplicação do PNAE.*

A metodologia utilizada no estudo é caracterizada como descritiva sendo realizada por pesquisa bibliográfica em fontes primárias e fontes secundárias, e também como estudo de caso. Sendo, portanto o município de Campina da Lagoa a região destinada à pesquisa e os agricultores familiares participantes do PNAE o foco.

A pesquisa traz novas expectativas, visto que se propõe a responder os questionamentos propostos e faz surgir interesses pelas temáticas envolvidas.

2 REVISÃO TEÓRICA

2.1 POLITICAS PÚBLICAS

2.1.1 Formulação de políticas públicas

O conceito de Políticas Públicas é muito amplo e alguns autores apresentam concepções complementares a respeito desta.

Políticas Públicas, segundo Souza (2006) é um conjunto de ações e decisões que o governo utiliza, diretamente ou através de delegação, para resolver os conflitos e influenciar a vida dos cidadãos.

Rua (2009) complementa que o termo política referente ao termo *politics*, refere-se às atividades políticas, ou seja, ao uso de procedimentos diversos que expressam relações de poder e que se destinam a produzir uma solução pacífica a conflitos relacionados a decisões públicas. Sendo estas decisões intenções sobre a solução de um problema. “A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados “(SOUZA, 2006, p.17).

Já o termo *policy*, segundo Rua (2009) está ligado à formulação de propostas, tomada de decisão e implementação destas. Portanto, refere-se a atividade do governo de desenvolver políticas públicas a partir do processo da política.

Portanto uma política pública (*policy*) é resultante da atividade política (*politics*) para compreender um conjunto de decisões e ações envolvendo os bens públicos. E, uma política pública envolve mais do que uma decisão e requer ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas.

Portanto, entende-se que Política Pública é a ação do poder público respondendo a demanda da população, e que prevalece o interesse da coletividade.

Para melhor compreender as políticas públicas é necessário fazer uma análise das políticas públicas.

Segundo Rua (2009) a **Análise das Políticas Públicas** refere-se a interpretar as causas e conseqüências das ações do Governo, relacionando o planejamento com a política. Como destaca Ham e Hilll (1993) apud Rua

(2009) visa produzir conhecimentos sobre o processo de elaboração política, que envolve a formulação, implementação e avaliação.

Frey (2000) a análise das políticas públicas envolve três dimensões da política: *polity* (refere-se à dimensão institucional, à ordem do sistema político, composta pelo sistema jurídico e à estrutura institucional), *politics* (refere-se ao processo político e diz respeito à imposição de objetivos, aos conteúdos e às decisões de distribuição) e *policy* (refere-se à configuração dos programas políticos, aos problemas técnicos e ao conteúdo material das decisões políticas).

Todas as dimensões da política são formas de compreender a política pública a partir de uma visão geral. Para compreender a política pública na sua origem é necessário conhecer o ciclo das políticas públicas.

Rua (2009) as políticas públicas são vistas a partir do **Ciclo de Políticas Públicas (*Policy Cycle*)**. Este é composto pelas etapas de formação de agenda (definição das prioridades, a qual uma situação é reconhecida como um problema político); formulação (envolve a formação de alternativas por meio da apresentação de propostas para resolução dos problemas e tomada de decisão por meio da escolha de alternativas); implementação (as decisões tomadas deixam de ser intenções e passam a ser intervenção na realidade); monitoramento e avaliação (acompanhamento das etapas e os processos, sendo posteriormente realizado o julgamento do resultado de uma política segundo critério de valores). Sendo estas fases seqüenciais e em constante interação.

Segundo Rua (2009) a **Avaliação de Políticas Públicas** é um processo estritamente formal, visto que consiste no exame sistemático das intervenções planejadas, com base em critérios explícitos e procedimentos de coleta e análise das informações sobre conteúdo, estrutura, processo, resultado, qualidade e/ou impactos. As dimensões da avaliação envolve aspectos técnicos (produzir ou coletar dados a partir de procedimentos reconhecidos, informações a serem utilizadas nas decisões relativas a política, programa ou projeto) e aspectos valorativos (exame das informações obtidas cuja finalidade é extrair conclusões a respeito do valor da política no contexto).

Figueiredo e Figueiredo (1986) expõe que o importante no processo de avaliação de políticas públicas é a conexão lógica entre os objetivos da

avaliação, os critérios de avaliação e os modelos analíticos utilizados, que irão responder o questionamento se a política pública ou programa foi um sucesso ou um fracasso. Rua (2009) complementa que a finalidade da avaliação não é julgar entre boa ou má, mas apropriar-se deste processo comum apoio ou aprendizado para amadurecimento da gestão, especialmente em aperfeiçoamento nas etapas de formulação das políticas públicas.

Para Costa e Castanhar (2003) a avaliação de forma sistemática, contínua e eficaz dos programas, permite alcançar melhores resultados e proporcionar uma melhor utilização e controle dos recursos neles aplicados, além de fornecer dados importantes para o desempenho do desenho da política pública e para tornar a gestão pública mais eficaz. Com propósito de guiar os tomadores de decisão, para dar continuidade, correção ou suspensão à política ou programa.

São critérios de avaliação das políticas públicas, segundo Rua (2009) a eficiência, eficácia, efetividade, equidade e sustentabilidade das políticas públicas. A eficiência está relacionada ao desempenho operacional. A eficácia diz respeito ao alcance dos objetivos almejados. A efetividade ao alcance do resultado pretendido como adequada utilização dos recursos envolvidos. Sendo, portanto, a junção entre eficiência e eficácia de uma política, programa ou projeto. A equidade é a capacidade de contribuir para a redução da desigualdade e exclusão social. E a sustentabilidade é a capacidade de desencadear mudanças permanentes utilizando o uso racional dos recursos.

Souza (2006) expõe que no contexto de políticas públicas há diversos envolvidos, sendo estes chamados de atores sociais. Estes são pessoas, grupos ou organizações que participa de algum “jogo social”¹, que possui um projeto político, controla algum recurso relevante, tem, acumula (ou desacomoda) forças no seu decorrer e possui, portanto, capacidade de produzir fatos capazes de viabilizar seu projeto. Já Rua (2009) expõe que são atores políticos. São aqueles cujos interesses poderão ser afetados de forma positiva ou negativa pelo rumo tomado pela política pública.

¹ Grifo nosso.

2.1.2 Gestão das políticas públicas

De acordo com Malmegrin (2010) gestão refere-se a um conjunto de princípios, normas e funções com a finalidade de ordenar os fatores de produção e controlar a produtividade e eficiência para obter determinado resultado. Envolve planejamento, execução, avaliação e controle.

Para Malmegrin (2010) a partir do termo gestão na esfera pública forma-se o ciclo de gestão das políticas públicas. Este ciclo de forma seqüencial envolve: planejamento (construção de agenda, formulação da política e comunicação das decisões estratégicas); execução (implementação da política); avaliação (avaliação das políticas por meio da apreciação dos efeitos atribuídos à ação do governo) e controle (correção das trajetórias e ações).

As etapas deste ciclo também se aplicam aos programas, projetos e planos, vistos que estes são formas de execução das políticas públicas. Sendo necessários compreende-los.

Para Granja (2010) os **programas** são compostos por várias etapas que são executadas e podem ter muitos formatos de operação, podendo conter subprogramas. Os projetos são vinculados a uma situação-problema, a fim de solucionar ou melhorar tal situação, ou seja, tem um propósito. Possui características específicas: tem um ciclo de vida (são temporários), tem início, desenvolvimento e termino definidos, tem objetivo, e demanda recursos.

Para Granja (2010) etapas de um programa, conforme Figura 1.

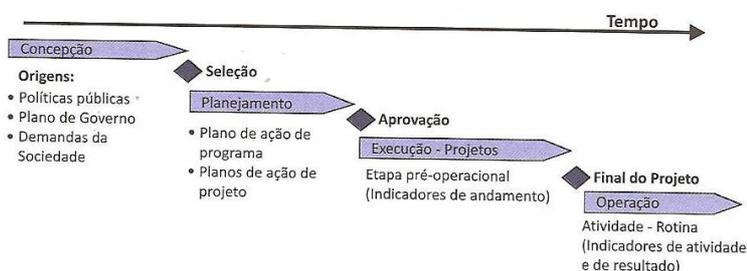


FIGURA 1: Etapas de um programa
Fonte: FUNDAP (2005) apud Granja (2010)

Para elaboração de um programa é necessário que seja vinculado a uma política pública a partir da demanda da sociedade. Posteriormente, a partir

da elaboração do programa são definidos projetos e planos que irão compor este programa, constituindo-se na etapa de planejamento. A etapa seguinte há a execução dos projetos e planos. E, por fim o acompanhamento das atividades e avaliação do resultado.

2.2 AGRICULTURA FAMILIAR

O conceito de Agricultura Familiar é recente, aproximadamente uns 10 anos, como destaca Denardi (2001). Em período anterior era comumente chamada de pequena produção, peno agricultor.

A partir dos anos de 1990, segundo Teodoro *et al* (2005) houve crescente incentivo à agricultura familiar, devido à sua importância para o desenvolvimento sustentável nacional, em decorrência do êxodo rural existente neste período e pelo motivo que as cidades não conseguiam absorver a mão-de-obra vinda da agricultura. Este incentivo e interesse materializou-se em políticas públicas, como o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e na criação do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), além do revigoramento da Reforma Agrária. A formulação das políticas favoráveis à agricultura familiar e à Reforma Agrária obedeceu, em boa medida, às reivindicações das organizações de trabalhadores rurais e à pressão dos movimentos sociais organizados e por instituições.

A classificação de agricultura familiar segundo Tinoco (2005) é baseada na utilização da mão-de-obra, no tamanho da propriedade, na direção dos trabalhos e na renda gerada pela atividade agrícola. O conceito de Agricultura familiar é amplo e tem varias discussões sobre o que é e quem faz parte.

Segundo Brasil (2006) considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, que: não detenha, a qualquer título, para maior do que quatro módulos fiscais; utilize predominantemente mão-de-obra da própria nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; tenha percentual mínimo de renda familiar originada de atividade econômicas do seu estabelecimento ou

empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Sendo beneficiários também, desde que atendam os requisitos descritos acima: os silvicultores (cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes; aqüicultores (explorem reservatórios hídricos com superfície total de até dois hectares ou ocupem até quinhentos metros cúbicos de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede); extrativistas (exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiscadores); pescadores (exerçam a atividade pesqueira artesanalmente); povos indígenas; integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais.

Bittencourt e Bianchini (1996) apud Tinoco (2005) destacam que agricultor familiar é aquele que tem na agricultura sua principal fonte de renda e que a base da força de trabalho utilizada na propriedade rural seja desenvolvida por membros da familiar. Sendo facultado o emprego de terceiros de forma temporária, quando a atividade agrícola necessitar.

De acordo com Brasil (1964) no artigo 4º da Lei da Reforma Agrária, é considerada propriedade familiar, o imóvel rural, que direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva a força de trabalho, garantindo-lhes subsistência e progresso social e econômico, cuja área máxima é fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalha com a ajuda de terceiros.

A importância da Agricultura Familiar decorre de seu papel fundamental na produção de alimentos e na geração de empregos.

As políticas públicas para a agricultura, segundo Denardi (2001), refere-se à política agrícola. Para a agricultura familiar destaca-se atualmente no Brasil, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

De acordo com Secretaria da Agricultura Familiar (2011c) o Pronaf financia projetos individuais ou coletivos, com o objetivo de gerar renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. Seu objetivo “ (...) é o fortalecimento das atividades produtivas geradoras de renda das unidades familiares de produção, com linhas de financiamento rural adequadas à sua realidade”(SECRETARIA DA AGRICULTURA FAMILIAR, 2010c, p.07).

Denardi (2001) consiste em uma política pública do Governo Federal, sob coordenação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a favor dos agricultores familiares brasileiros. Este possibilita o acesso ao crédito para tais agricultores para custeio de suas atividades e investimentos para ampliar sua produção.

Secretaria da Agricultura Familiar (2011c) aponta que o Pronaf permite o acesso ao crédito para custeio da safra ou atividade agroindustrial, para o investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura de produção e serviços agropecuários ou não agropecuários.

Na esfera municipal, o Pronaf é um dos programas de valorização do espaço local. Também podem ser concedidos incentivos para a diversificação da atividade agropecuária, e principalmente na produção de gêneros alimentícios, a serem produzidos e consumidos em âmbito local. Podendo ser incentivados programas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

2.3 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE

Segundo Brasil (2009a) alimentação escolar entende-se todo alimento oferecido no ambiente escolar, durante todo o período letivo aos alunos, indiferentemente de sua origem. Sendo seu objetivo ofertar uma alimentação adequada e saudável compatível com sua necessidade nutricional dos alunos para que estes tenham hábitos saudáveis e desempenho escolar.

A fim de fornecer segurança alimentar e nutricional, além de fortalecimento da agricultura familiar, foi incentivado o PNAE.

Segundo FNDE (2011) o PNAE é um programa que garante por meio de transparência de recursos financeiros, a alimentação escolar dos alunos da educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas e filantrópicas.

O objetivo do PNAE consiste em:

“(...) contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação

de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo” (BRASIL, 2009b, p.01)

Por meio de tal programa, segundo Brasil (2009b) promove a intersetorialidade por meio de políticas, programas, ações governamentais e não governamentais para execução do PNAE promovendo articulação entre as áreas de educação, saúde, agricultura, sociedade, entre outros.

Segundo Secretaria da Agricultura Familiar (2011a) são considerados fornecedores, os agricultores familiares e empreendedores familiares rurais, organizados em grupos formais e/ou informais, com DAP física/ou jurídica. Sendo grupos formais, os agricultores familiares e empreendedores familiares rurais constituídos em cooperativas e associações. Os grupos informais são grupos de agricultores familiares organizados que deverão ser apresentados junto à Entidade Executora por uma Entidade Articuladora.

Por meio deste programa, há incentivo para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais.

Segundo FNDE (2011) requisitos para participar do PNAE:

- Grupos formais: projeto de venda², extrato da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) de cada produtor participante, Cadastro Pessoa Física (CPF);
- Grupos informais: DAP jurídica, CNPJ, cópias das certidões negativas junto ao INSS, FGTS, Receita Federal e Dívidas Ativas da União, cópia do estatuto e projeto de venda.

De acordo com Brasil (2009b) os recursos financeiros destinados ao programa PNAE é repassado em para os Estados, Distrito Federal, municípios e escolas federais por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, sendo realizado automaticamente sem necessidade de convênio, ajuste, acordo ou contrato, sendo realizado via conta corrente específica. Devendo os Estados, Distrito Federal e Municípios fazer a prestação de contas dos recursos recebidos, sob pena de responsabilização da

² Projeto de venda: documento que formaliza o interesse dos agricultores familiares em vender para a alimentação escolar. Devendo ser elaborado por grupo formal ou informal de acordo com a Chamada Pública (FNDE, 2011).

autoridade responsável por declaração falsa ou diversa da que deveria ser inscrita.

§ 1º Para os fins deste artigo, serão considerados como parte das redes estadual, municipal e distrital os alunos matriculados em:

I - educação básica qualificada como entidades filantrópicas ou por elas mantidas, inclusive as de educação especial, cadastradas no censo escolar do ano anterior ao do atendimento; e

II - educação básica qualificada como entidades comunitárias, conveniadas com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, cadastradas no censo escolar do ano anterior ao do atendimento.

(BRASIL, 2009b, p.4)

De acordo com o artigo 14 da Lei 11.947 de 2009 do total dos recursos repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor rural ou de suas organizações. Devem ser priorizadas nestas aquisições os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais e comunidades quilombolas. Dispensando, portanto, o processo licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local e os alimentos atendam as exigências do controle de qualidade exigidos.

Segundo a Secretaria da Agricultura Familiar (2011a) a aquisição de gêneros realizada sempre que possível, no município a que pertence as escolas. Caso o fornecimento não puder ser feito localmente, as escolas poderão complementar a demanda com agricultores seguindo a ordem de região, território rural, estado ou país.

Tal percentual pode ser dispensada quando: impossibilidade de emissão do documento fiscal correspondente; inviabilidade de fornecimento regular e constante dos gêneros alimentícios; e condições higiênicos-sanitárias inadequadas.

De acordo com Brasil (2009b) a aquisição de gêneros alimentícios deve ser executada por meio de Contrato de Gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural. A Secretaria da Agricultura Familiar (2011a) expõe que contrato estabelece o cronograma de entrega dos produtos, a data de pagamento aos agricultores familiares e todas as cláusulas de compra e venda. Devendo ser assinado pela Entidade Executora, pelos grupos formais e grupos informais. Sendo este contrato que garante a segurança entre compradores e vendedores.

Segundo Brasil (2009b), a demanda por gêneros alimentícios da Agricultura Familiar para alimentação escolar deve ser realizada por Chamada Pública em jornal de circulação local, regional, estadual ou nacional, quando houver, além de divulgar em sítios na internet ou na forma de mural em local público de ampla circulação. Publicados. Sendo a alteração dos gêneros alimentícios será realizada quando ocorrer a necessidade de substituição de produtos mediante aceite do contratante e devida comprovação dos preços de referência.

Segundo Brasil (2009a) o montante de recursos será calculado com base no número de alunos devidamente matriculados na educação básica dos entes governamentais, seguido dados oficiais de matrícula obtidos a partir do censo escolar realizado pelo Ministério da Educação.

A legislação prevê a obrigatoriedade de aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar, e isso pode gerar mais renda e diversificar a cultura de produção do município.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

3.1 LOCAL DA PESQUISA

O Município de Campina da Lagoa, segundo IPARDES (2011a) é localizado na região noroeste do Estado do Paraná, está aproximadamente a 110 km de Cascavel.

Com área territorial de 797,598 Km², sendo sua data de instalação de 04 de novembro de 1961. Campina da Lagoa é comarca e possui quatro distritos administrativos, sendo eles Salles de Oliveira, Bela Vista do Piquiri e Herveira. Os limites territoriais fazem divisa com os municípios de Juranda, Nova Cantu, Altamira do Paraná, Braganey, Iguatu, Mamborê e Guaraniacu. Conforme pode ser visualizado na Figura 2.

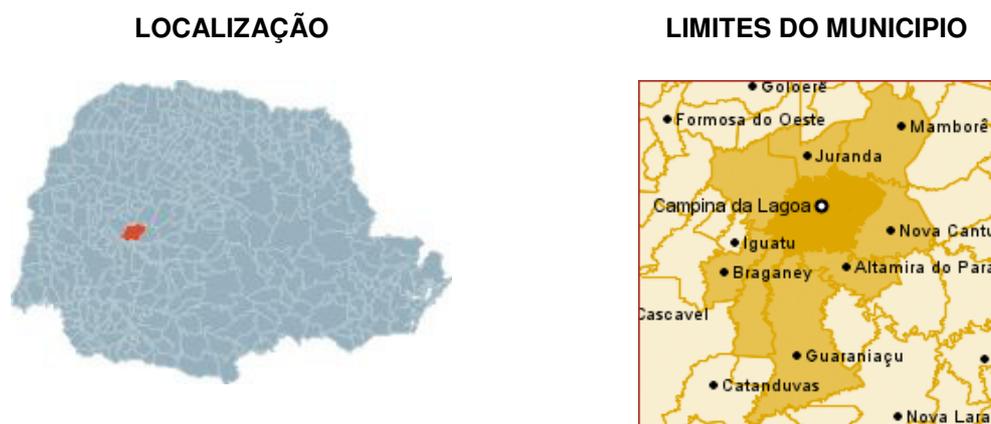


FIGURA 2: Localização do município de Campina da Lagoa/Pr
Fonte: IPARDES, 2011.

Em 1940 Campina da Lagoa, teve seus primeiros desbravadores o Sr. Joaquim Carula e Salvador Ananias, na época pertencia ao Município de Campo Mourão, em 1943 chegaram algumas outras famílias neste local, o município possui 3 lagoas e por isto o nome que na época era chamado a localidade de Campina das 3 Lagoas, entre 1951 e 1952 segundo história foi um grande período de colonização que vieram habitar por aqui em torno de 250 famílias, conforme dados da Prefeitura Municipal No dia 30 de maio de 1955, mas uma conquista adquirida pela reivindicação da população

Campinalogoana é sancionada a Lei para criação do município de Campina da Lagoa pelo o presidente da Câmara Municipal de Campo Mourão, vereador Manoel de Jesus Pereira. O projeto de Lei 334/55, de autoria do Deputado Estadual Pedro Liberty, pedindo a criação do município de Campina da Lagoa, foi arquivado e não aprovado na época. Em 16 de novembro de 1955, o Governador Interino do Estado do Paraná, Manoel de Oliveira Franco, cria uma Exatoria de 4 Classe e Campina da Lagoa passa a ter funcionário do estado na cidade.

No período de 1955 a 1959, Roberto Brzezinski, passa a ser prefeito de Campo Mourão, e com ele Campina da lagoa, agora como distrito administrativo ela passa a receber uma serie de benefícios.

Nesse período é instalado a Coletoria de Rendas Estaduais, Cartório de Registro Civil, Sub – Delegacia de Policia, Escritório de Contabilidade primaria, três Serrarias, duas Olarias, dois Engenho de Beneficiamento de Arroz e dois de Trigo, três Tafonas de Farinha de Mandioca, Igrejas; Presbiteriana independente, Assembleia de Deus, Cristã do Brasil e a Católica Santa Terezinha. Na área da saúde o Distrito já não dependia totalmente de assistência médica de Campo Mourão, um pequeno Hospital funcionava com dois médicos, três Farmácias, dois Gabinetes Dentários. No ensino começa a construção da Casa Escolar essa mais tarde receberá o nome de Grupo Escolar Roberto Brzezinski, em homenagem ao mesmo que muito fez por Campina da Lagoa.

Em 4 de Novembro de 1961 Campina da Lagoa se Emancipa Politicamente e se Torna Município.

A colonização do município de Campina da Lagoa deu-se principalmente através da extração de erva-mate, nativa e abundante na região. A partir de meados da década de 1970, foi crescendo o cultivo de milho, soja e trigo, sendo que os dois primeiros foram lavouras de maior expressividade nos últimos anos.

3.2 TIPO DE PESQUISA

O estudo pode ser descrito como pesquisa aplicada em estudo de caso do município de Campina da Lagoa/Pr. Sendo a pesquisa aplicada, para Gil (2000) a busca por compreender sobre determinado assunto. Enquanto o estudo de caso investiga um fenômeno ou fato, em determinada realidade. Ou seja, um caso específico.

A abordagem da pesquisa é caracterizada como qualitativa. Esta segundo Oliveira (2001) buscar analisar as variáveis envolvidas em um fenômeno ou fato, a fim de explicá-los. Sendo esta realizada a partir da coleta de dados e correlacionando informações. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo desta pesquisa.

É considerada uma pesquisa descritiva, a partir de seus objetivos, porque visa descrever a pesquisa e os resultados obtidos desta, comparando-os com a teoria sobre o assunto. Para Oliveira Netto (2006) a pesquisa descritiva busca descrever os fatos ou fenômenos estabelecendo relações entre variáveis, sem que o pesquisador interfira.

3.3 COLETA DOS DADOS

Os instrumentos utilizados para a coleta de dados foi a pesquisa bibliográfica e entrevista.

A pesquisa bibliográfica segundo Oliveira (2001) visa encontrar as fontes primárias e secundárias e os materiais científicos necessários para a realização do trabalho científico ou técnico-científico. Foram utilizadas fontes primárias como documentos internos da Prefeitura Municipal de Campina da Lagoa, da Câmara Municipal de Vereadores. Já as fontes secundárias, são originadas de material já publicado, constituído basicamente de livros, artigos de periódicos, pesquisas de institutos de pesquisas com o IPARDES, IBGE, Tesouro Nacional, entre outros, que estão disponibilizadas na Internet.

A entrevista, segundo Ruiz (2011) consiste no diálogo com o objetivo de obter de determinada pessoa dados relevantes para a pesquisa. Foram

realizadas entrevistas informais com agricultores que fazem parte da agricultura familiar e do PNAE, com funcionário da EMATER, com funcionários da Prefeitura Municipal de Campina da Lagoa do Setor de Contabilidade, da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente. Sendo a entrevista com agricultores realizada informalmente com o preenchimento de questionário semi-estruturados com preenchimento do entrevistador. E as demais entrevistas ocorrem em forma de diálogo sem preenchimento de questionário.

3.4 ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados busca interpretar os dados coletados, transformá-los em informações a fim de responder ao questionamento proposto no estudo e responder os questionamentos que vão surgindo. Além de poder compará-lo com aparato teórico.

A análise dos dados foi realizada a partir da comparação dos dados no período compreendido entre 2005 e 2011. Sendo realizada a partir de informações de indicadores do município de Campina da Lagoa, de informações do programa PNAE e informações contidas no planejamento municipal (PPA e Lei Orgânica Municipal).

Também a análise dos dados foi realizada a partir das informações obtidas pelas entrevistas realizadas, com dados coletados na legislação a respeito do assunto, em documentos oficiais do município podendo assim conciliar a teoria com a prática realizada no município.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 PERFIL SOCIOECONOMICO DO MUNICÍPIO DE CAMPINA DA LAGOA

O processo produtivo do município de Campina da Lagoa tem como base a agropecuária. Os **setores da economia local** são compostos por:

a) Setor Primário:

Composto pelas atividades agropecuárias e extrativas. A principal atividade desempenhada é a agricultura, com pouca diversificação de culturas agrícolas de verão como soja e milho e as de inverno como trigo e milho safrinha. Também há a atividade pecuária por meio do desenvolvimento das atividades principais como a criação de suínos, bovinos para corte e leite e aves, entre outros. Sendo este setor a atividade base da economia e gera dependência dos demais setores.

b) Setor Secundário

Há no município uma agroindústria, Coagru³ que faz o recebimento, beneficiamento, armazenamento de produtos agrícolas, fornecimento de bens de produção e industrialização de farinha de trigo.

c) Setor terciário

O comércio local é diversificado e movimentado pela população local. São poucas pessoas que buscam realizar suas compras em cidades próximas, devido à distância entre municípios vizinhos, assim como para centros maiores como Cascavel e Maringá.

Todo o setor econômico gera produção local sendo resultante a formação do Produto Interno Bruto (PIB) municipal.

O **PIB municipal** é resultado do valor dos bens e serviços finais produzidos no município, como o objetivo de mensurar a atividade econômica

³ Coagru Agroindustrial Cooperativa União

local. A evolução do PIB de Campina da Lagoa pode ser visualizada na Tabela 1.

TABELA 1: Evolução PIB município de Campina da Lagoa: 2005-2008

ANO	PIB PER CAPITA (R\$ 1,00)	PIB NOMINAL (R\$ 1.000,00)
2005	R\$ 8.382,00	R\$ 124.332,00
2006	R\$ 8.427,00	R\$ 121.687,00
2007	R\$ 8.988,00	R\$ 143.658,00
2008	R\$ 11.343,00	R\$ 185.213,00

Fonte: IBGE (2009), IPARDES (2011a).

Pela Tabela 1, o PIB per capital teve evolução no período de 2005 a 2008, sendo o aumento significativo no ano de 2008. Embora esta não represente uma média da mesma renda para toda a população, visto a população não dispõe de igualdade total de distribuição de renda.

O PIB nominal do município teve constante evolução no período de 2005 a 2008, tendo uma evolução de 48,96% no PIB nominal. Sendo que no período de 2008 de aumento considerável em relação aos outros períodos, cujo acréscimo de 2007 para 2008 equivale a 28,92%. Tal evolução pode ser mais bem visualizada na Figura 3.

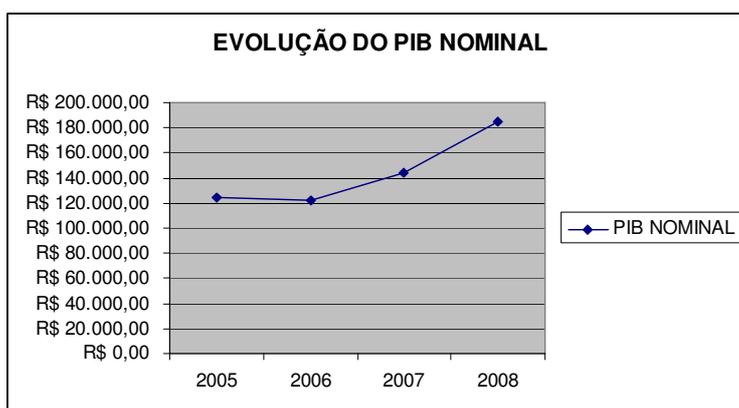


FIGURA 3: Evolução do PIB nominal do município de Campina da Lagoa, 2005-2008
Fonte: Adaptado de IBGE (2009), IPARDES (2011a).

Pela Figura 3 é observada a crescente evolução do PIB de Campina da Lagoa, assim como sua tendência ao crescimento nos próximos períodos.

Em relação ao **Valor Adicionado Bruto Adicionado Bruto a Preços Básicos**, representa quais as atividades tem maior contribuição para geração

do PIB. O Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos do município de Campina da Lagoa pode ser visualizado na Figura 4.

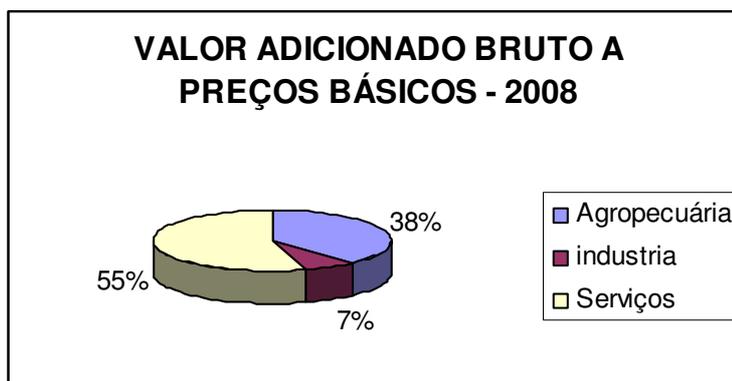


FIGURA 4: Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos do município de Campina da Lagoa – 2008
Fonte: IPARDES (2011a)

Pela Figura 4, percebe-se que o PIB municipal é composto pelas atividades da agropecuária, indústria e serviços, sendo que a atividade de serviços representa 55% do PIB municipal, ou seja, mais da metade do PIB é dependente do comércio pelo fornecimento de bens e serviços.

É importante salientar que é predominante no município o desenvolvimento da atividade agropecuária, sendo demonstrado que esta é responsável por 38% do PIB municipal. Então o terceiro setor no município é responsável pela maior parcela do PIB municipal.

Com destaca IPARDES (2011a) a agropecuária, que compõe o primeiro setor na economia local é responsável no ano de 2009 por 75,21%. Comparando o Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos e o **Valor Adicionado Fiscal**, percebe-se que enquanto o setor de serviços é responsável pela maior parcela da composição do PIB, a agropecuária é responsável pela maior parcela da arrecadação municipal e impacta no valor da receita municipal.

O município de Campina da Lagoa apresenta a seguinte evolução da população conforme consta na Tabela 2.

TABELA 2: Evolução da população do município de Campina da Lagoa: 2005-2020.

ANO	POPULAÇÃO
2005	14.833
2006	14.440
2007	15.983
2008	16.329
2009	16.243
2010	15.394
2011	15.269
2020	8.987

Fonte: IPARDES (2011b), IPARDES (2011a), IPARDES [s.d]

Pela Tabela 2 percebe-se redução do período de 2005 a 2006, com recuperação e evolução no período de 2007 e 2008, sendo que a partir de 2008 constante queda. A partir da projeção do IPARDES no ano de 2020 a população será reduzida a 8.987, sendo esta uma redução espantadora. Isto representa que de 2008, ano em que teve aumento da população, para 2020 haverá uma redução 7.342 habitante, o que representa 44,96%. É importante destacar que tal projeção pode apresentar margem de erros, mas avalia a tendência em relação anos anteriores.

A evolução da população pode ser mais bem visualizada na Figura 4.

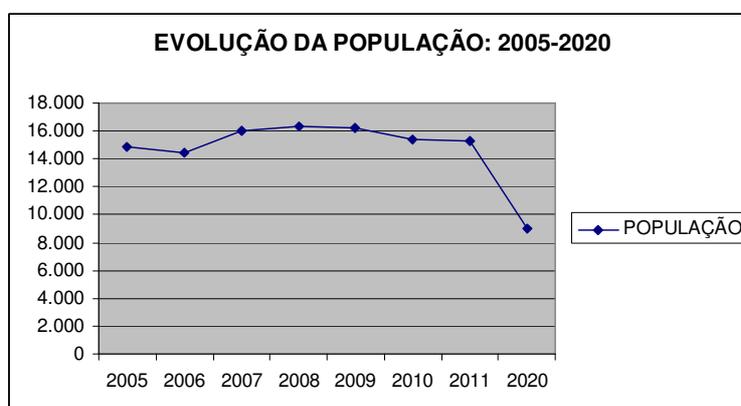


FIGURA 5: Evolução da população do município de Campina da Lagoa: 2005-2020

Fonte: Fonte: IPARDES (2011b), IPARDES (2011a), IPARDES [s.d]

Como o município apresenta tendência ao esvaziamento populacional é necessário averiguar quais os fatores que fazem com que a população esteja migrando para outros municípios. Como este é de predominantemente agropecuário com base na produção de commodities agrícolas como soja e

milho é importante averiguar os incentivos ao setor, assim como incentivos diversificação de culturas a fim de que possam fixar a população no município.

Segundo IPARDES (2011a) a população do município no ano de 2010 equivale a 15.394, sendo que destes 2.837 residem na zona rural, equivalendo a 14,42%, enquanto 12.557 pessoas residem na zona urbano o que representa 81,58%. Assim, destaca-se a predominâncias da população do município residem na zona urbana. É importante salientar que no município muitas pessoas possuem propriedades rurais e que residem na cidade. Tal fator ocorre devido às condições de acesso à cidade e pelas condições.

Em relação à População Economicamente Ativa – PEA, do município não foi encontrado informações do período de 2005 a 2011, sendo encontradas informações apenas do ano de 2000. Segundo IPARDES (2011a) no ano de 2000 havia no município 7.630 pessoas economicamente ocupada, sendo estes distribuídos em 27,05% na zona rural (1.991 pessoas), enquanto na zona urbana o valor da PEA equivalia a 65,81% (4.844 pessoas). Assim, há predominância da população trabalhando formalmente na zona urbana e conseqüentemente abandono da zona rural, em questão de geração de renda.

Desta população economicamente ativa, ou seja, parcela da população em idade ativa e que está ocupada ou desempregada, segundo IPARDES (2011a) para o ano 2000, a população estava empregada nas principalmente nas atividades de: agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e pesca;

Em relação ao setor agropecuário o município, segundo informações do IPARDES (2011a) apresenta os seguintes estabelecimentos e condições do agropecuarista, conforme Tabela 3.

TABELA 3: Estabelecimentos agropecuaristas e áreas segundo a condição de produto do município de Campina da Lagoa – 2006

CONDIÇÃO DO PRODUTOR	ESTABELECIMENTO	ÁREA (ha)
Arrendatário	213	6.257
Assentado sem titulação definida	4	5
Ocupante	43	212
Parceiro	27	501
Proprietário	1.152	66.425
Produtor sem área	4	-
TOTAL	1.443	73.401

Fonte: IPARDES (2011a).

Pela Tabela 3, verifica-se que desenvolvem a atividade agropecuarista 1.443 pessoas no município de Campina da Lagoa. Desenvolvendo atividades na condição de proprietário, arrendatário, parceiros, assentados e produtor sem área.

De acordo com IBGE (2006), pelo Censo Agropecuário, deste no ano de 2006, dos 1.443 agropecuarista do município de Campina da Lagoa, 1.164 se encaixam na Lei 11.326 de Julho de 2006, como agricultores familiares que cultivam até 4 módulos rurais. Isto representa que no ano de 2006, 80,66% dos agricultores do município participam da agricultura familiar.

Dos agricultores pertencentes à agricultura familiar as principais culturas por estabelecimentos são destacadas na Tabela 4.

TABELA 4: Estabelecimentos agropecuários segundo as atividades econômicas do município de Campina da Lagoa - 2006:

ATIVIDADES ECONOMICAS	ESTABELECEMENTOS	ÁREA (ha)
Aqüicultura	1	X
Horticultura e floricultura	27	263
Lavoura Permanente	14	1.497
Lavoura temporária	782	48.176
Pecuária e criação de outros animais	615	23.233
Pesca	1	X
Produção florestal de florestas nativas	1	x
Produção florestal de florestas plantadas	2	X
TOTAL	1.443	73.401

Fonte: IPARDES (2011a).

Pela Tabela 4, percebe-se que a maioria dos agricultores cultivam lavoura temporária (soja, milho, entre outras), equivalendo a 54,19%, seguido por pecuária e criação de outros animais que equivale a 615 produtores, totalizando um percentual de 42,61% e a atividade de horticultura e floricultura há 27 agricultores equivalente a um total de 1,87%.

A atividade de horticultura e floricultura é importante para a agricultura familiar, visto que permite geração e complementação de renda para agricultores familiares por que possibilitam a diversificação de culturas.

De acordo com IPARDES (2011a) a produção agrícola do município de Campina da Lagoa a partir de informações no ano de 2009, são cultivadas as culturas de alho, arroz, feijão, fumo (em folha), mandioca, melancia, milho,

rami, soja e trigo. Sendo que as predominantes são soja, milho e trigo, além de ter destaque a cultura de feijão e mandioca.

É importante ressaltar a importância da Agricultura Familiar para o Município, considerando as características de sua população rural e a perspectiva da migração rural. Assim, há relevância da eficiência das políticas públicas para o desenvolvimento local para manutenção dessas famílias no meio rural.

4.2 POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

No planejamento municipal de Campina da Lagoa, segundo Prefeitura Municipal de Campina da Lagoa (1999) o Governo Municipal tem no planejamento a busca pelo desenvolvimento do município com o objetivo de utilizar-se do potencial econômico local e a redução da desigualdade social no acesso aos bens e serviços pela população.

Tal planejamento é executado a partir da Lei Orgânica Municipal, Plano Diretor, Plano Plurianual e Lei Orçamentária Anual (LOA). É importante salientar que o município está em fase de construção do Plano Diretor, enquanto os demais instrumentos já estão implantados e em funcionamento.

Segundo Prefeitura Municipal de Campina da Lagoa (1999) o município de Campina da Lagoa apresenta na sua Lei Orgânica Municipal, capítulo destinado às políticas públicas municipais, sendo da política de saúde, da política de assistência social, da política da educação e da cultura, da política econômica, da política urbana, da política do meio ambiente, da política agrícola e da política de segurança pública.

A Política Agrícola tem como objetivo dar suporte e auxílio as atividades agropecuárias e aos agropecuaristas para o bom desempenho do setor, utilizando-se das disponibilidades locais e desenvolvendo os potenciais.

Para a consecução da Política Agrícola, segundo Prefeitura Municipal de Campina da Lagoa (1999) será criado um Plano de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRI), com a participação dos produtores rurais do município, trabalhadores rurais, profissionais técnicos e líderes da sociedade. Sendo

coordenado pelo Conselho de Desenvolvimento Rural. Sendo este em consonância com a política agrícola do Estado e da União.

Seu objetivo é formular propostas de soluções e execução da política agrícola. Estabelecendo para estas metas de curto, médio e longo prazo, sendo desdobrados em planos operativos anuais de forma integrada entre a iniciativa privada e os governos federal, estadual e municipal.

São diretrizes das atividades do PDRI, contidos na Lei Orgânica Municipal, conforme artigo 253, inciso 2.

- I** – a extensão dos benefícios sociais existentes nas sedes urbanas para a área rural;
 - II** – a rede viária para atendimento ao transporte humano e da produção agropecuária;
 - III** – a conservação e sistematização dos solos;
 - IV** – a preservação da fauna e da flora;
 - V** – a proteção ao meio ambiente e o combate à poluição;
 - VI** – o fomento à produção agropecuária e a organização do abastecimento alimentar;
 - VII** – a assistência técnica e a extensão rural oficial;
 - VIII** – a armazenagem e a comercialização;
 - IX** – a fiscalização sanitária, ambiental e do uso do solo;
 - X** – a organização do trabalhador rural;
 - XI** – a habitação rural;
 - XII** – o beneficiamento e a transformação industrial de produtos agropecuários.
- (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA DA LAGOA, 1999, p.101)

Por meio destas diretrizes percebe-se que há incentivo à atividade agropecuária pelo PDRI.

Em relação à agricultura familiar, segundo Prefeitura Municipal de Campina da Lagoa (1999), o Poder Público Municipal assegurará a estes orientação técnica da produção agropecuária, o estímulo à organização rural e os conhecimentos sobre racionalização do uso dos recursos naturais, dando prioridade aos pequenos agricultores, coo-participando com os Governos Estadual e Federal, na manutenção de unidade de serviços de assistência técnica e extensão rural oficial, no Município.

Percebe-se que o município possui políticas públicas de incentivo à agricultura e também à agricultura familiar. Entretanto, o Plano de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRI) consta apenas na Lei Orgânica Municipal, mas não foi constituído. Já o Conselho de Desenvolvimento Rural, foi formalizado e se reúne duas vezes ao ano, mas não possui “voz” junto à administração, não passa de instrumento meramente formal.

Em relação à despesa dos recursos para as políticas do município, estas são contidas no Plano Plurianual, conforme pode ser visualizada na Tabela 6.

TABELA 5: Distribuição das despesas do município de Campina da Lagoa por órgãos e funções para os anos de 2009 e 2010

DESPESAS	2009	%	2010	%
Governo Municipal	441.782,32	2,57%	723.005,13	3,52%
Sec*. da Administração	2.828.381,20	16,47%	2.956.593,36	14,39%
Sec. da Fazenda	707.962,80	4,12%	1.021.471,38	4,97%
Sec. do Planejamento	134.870,46	0,79%	1.335.180,93	6,50%
Sec. da Educação e Cultura	6.037.792,81	35,16%	5.347.989,17	26,03%
Sec. da Saúde	3.898.923,66	22,70%	4.628.132,96	22,53%
Sec. da Ação Social	445.379,44	2,59%	570.830,81	2,78%
Sec. de Esporte e Lazer	172.007,85	1,00%	222.702,99	1,08%
Sec. de Serviços e Transporte Rodoviário	846.134,67	4,93%	1.611.882,94	7,85%
Sec. do Urbanismo	1.457.936,49	8,49%	1.869.429,23	9,10%
Sec. da Agricultura e Meio Ambiente	202.810,75	1,18%	244.860,01	1,19%
Sec. Desenvolvimento Econômico	0,00	0,00%	12.939,87	0,06%
Reserva de Contingência	0,00	0,00%	0,00	0,00%
TOTAL	17.173.982,45	100,00%	20.545.018,78	100,00%

* Sec. = Secretaria

Fonte: Adaptado de Prefeitura Municipal de Campina da Lagoa (2009), Prefeitura Municipal de Campina da Lagoa (2010).

De acordo com a Tabela 5 percebe-se que as maiores despesas do município são destinadas às Secretaria de Educação e Cultura, sendo no ano de 2009 equivalente a 35,16% e em 2010 26,03%.

Em relação à Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente há destinação de apenas 1,18% no ano de 2009 e 1,19% no ano de 2010. Portanto, o município destina muito pouco de seus recursos arrecadas para o setor da agricultura, sendo que este é de vital importância para o desenvolvimento dos demais setores.

A distribuição das despesas pode melhor ser visualizada nos Gráficos 6 e 7.

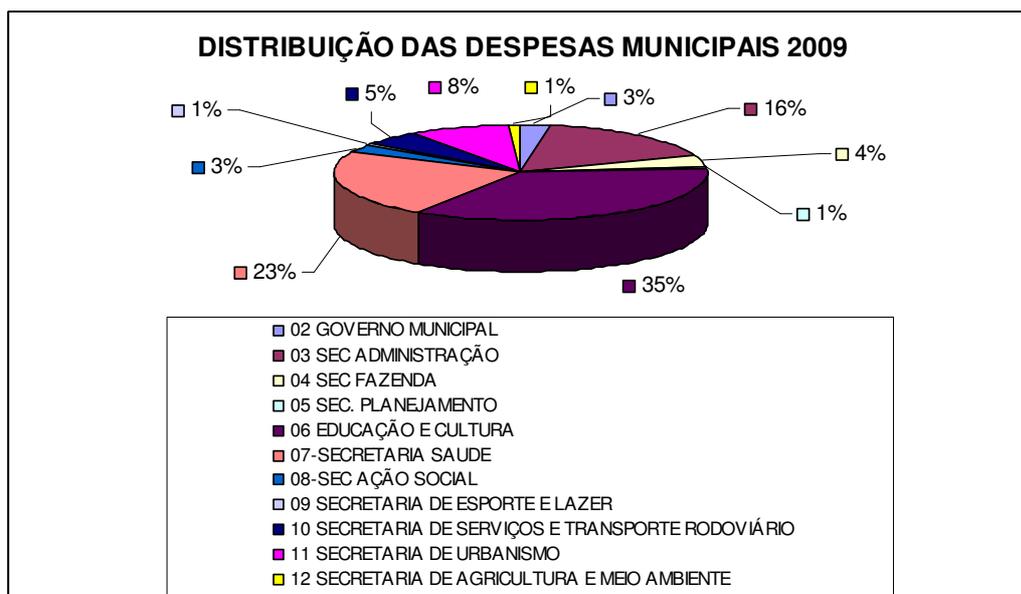


FIGURA 6: Distribuição das Despesas Municipais de Campina da Lagoa - 2009
 Fonte: Adaptado de Prefeitura Municipal da Campina da Lagoa (2009)

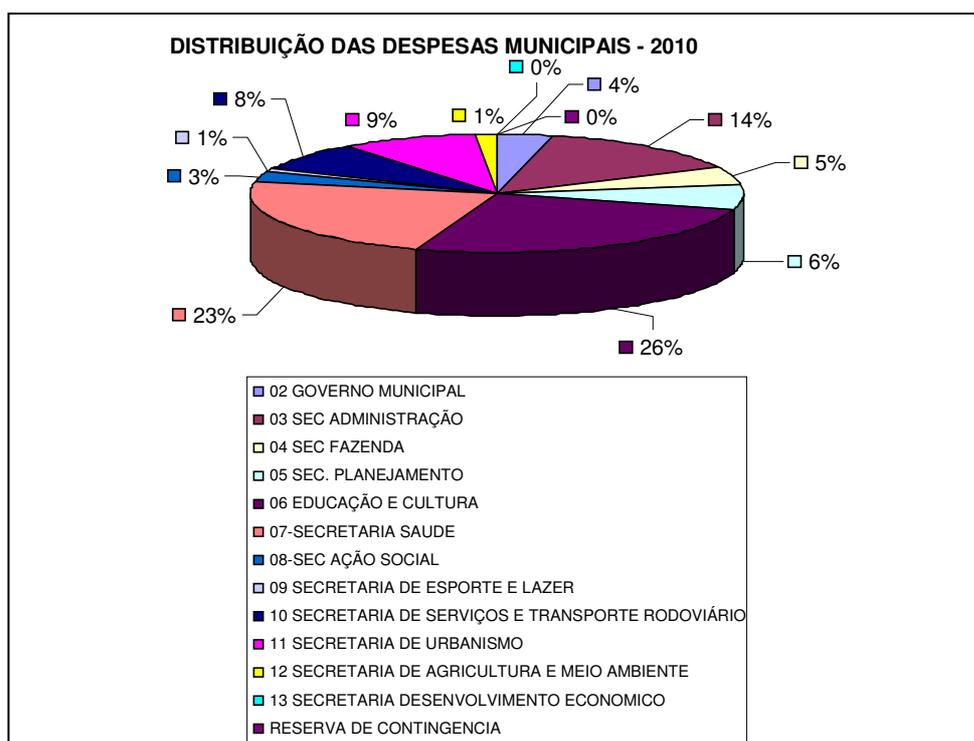


FIGURA 7: Distribuição das Despesas Municipais de Campina da Lagoa - 2010
 Fonte: Adaptado de Prefeitura Municipal da Campina da Lagoa (2010)

Pelas Figuras 6 e 7, percebe-se que as maiores despesas do município de Campina da Lagoa são relacionadas às áreas de educação e cultura e a área de saúde.

Vale lembrar que Secretaria da Agricultura é conjunta com a Secretaria do Meio Ambiente, sendo as despesas formam o mesmo montante

na distribuição de recursos. Pela Tabela 6 é feito o detalhamento dos gastos com a Secretaria da Agricultura apenas.

TABELA 06 – Gastos Somente com o Departamento da Agricultura do município de Campina da Lagoa: 2009-2010

	2009	% total	2010	% total
DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA	132.579,03	0,77%	194.425,95	0,95%
Pessoal e encargos sociais	99.509,67	75,06%	154.045,00	79,23%
Outras despesas correntes	33.069,36	24,94%	40.380,95	20,77%

Fonte: Prefeitura Municipal de Campina da Lagoa (2009), Prefeitura Municipal de Campina da Lagoa (2010).

Se consideramos os números gastos somente com o departamento de Agricultura em 2009, que é o valor de R\$ 132.579,03 corresponde a 0,77% do total do Gasto em 2009 do Orçamento geral, as despesas com pessoal e encargos equivalem a R\$ 99.509,67 ou seja 75% do gasto total com agricultura, o interessante que destes gastos o mais interessantes que é sementes, mudas de plantas e insumos em 2009 foi somente R\$ 4.303,27, que está embutido no elemento outras despesas correntes.

Na tabela de 2010 não é diferente o cenário se analisarmos, o gasto com o departamento da Agricultura é 0,95% do total gasto em 2010 do orçamento geral, porém o gasto com pessoal e encargos chegou a R\$ 154.045,00 que equivale a 79% do gasto total da agricultura, e se verificarmos o gasto com sementes, mudas de plantas e insumos este número em 2010 chega a 20.003,57, podemos observar os investimentos insignificantes da administração no departamento de agricultura, considerando a maior parte dos gastos com despesas com pessoal.

Pode-se perceber que há pouco investimento no setor agropecuário e a Secretaria de Agricultura não tem Programas Estratégicos para melhor incentivo. Sendo necessário direcionamento de recursos para este setor assim como incentivo a participação em programas a nível federal, estadual e municipal.

A agenda da administração municipal deve reavaliar suas prioridades por que os gastos contidos no orçamento para a agropecuária é insignificantes, devendo turbinar a Agricultura Familiar destes municípios com investimentos em programas.

A eficiência na elaboração do Orçamento, definição da agenda pública deverá ser reavaliada, deverá capacitar os atores políticos e operacionais para que façam planejamento, execução, avaliação e controle das políticas pública com base na gestão pública eficiente para o bom sucesso da Agricultura Familiar em busca do bem comum.

4.3 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLA (PNAE)

O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE está vinculado ao Ministério da Educação e recebe recurso via FNDE. A questão da Merenda escolar podemos mencionar que é o maior restaurante do Município pois ali naturalmente principalmente nas pequenas cidades é servido o maior numero de refeições.

O PNAE é um programa do Governo Federal para os municípios que tem a finalidade de complementação de renda familiar para agropecuaristas que fazem parte da agricultura familiar.

Segundo informações do Ministério do Desenvolvimento Agrário (2011) o município de Campina da Lagoa recebeu um total de repasse do FNDE no valor de R\$ 127.680,00 em 2010 anual, sendo 30% deste valor repassado deverá ser adquirido merenda escolar advindo da agricultura familiar pelo PNAE. Sendo, portanto o valor mínimo que deve ser adquirido é de R\$ 38.304,00.

A legislação deixa clara que o mínimo que se deve gastar com produtos que advêm da agricultura familiar é 30% do valor transferido pelo FNDE. A EMATER informou que em 2010 obteve R\$ 90.505,00 de recursos a serem adquiridos pela agricultura familiar. A secretaria da Agricultura e Meio Ambiente não possuía os dados do PNAE para confirmação deste valor. Ao considerarmos o valor informado pela EMATER, este numero é superior aos 30%, esta informou que o fator preponderante para este valor é o fato do município possuir a mais de 5 anos uma cooperativa de leite da agricultura familiar bem organizada que somente está cooperativa entregou para o município o valor total de R\$ 56.160,00 no ano de 2010.

O município possui alunado correspondente a 1.873, com base no Censo Escolar de 2010. Sendo distribuídos em 10 estabelecimentos de ensino, incluindo creches, pré-escola, ensino fundamental e EJA⁴, na cidade e nos distritos.

No ano de 2010 há 1.164 agricultores cadastrados na agricultura familiar, sendo que apenas 640 possuem DAP. De acordo com o Ministério de Secretaria da Agricultura Familiar (2011b) para o montante de recursos recebidos pelo município de Campina da Lagoa, deve ter no mínimo 4 agricultores familiares. Segundo informações da EMATER⁵ participam do PNAE 18 agropecuaristas. Portanto, 640 agricultores familiares que possuem DAP apenas, 2,82% fazem parte da agricultura familiar.

A partir da aplicação do questionário aos participantes do PNAE buscou-se traçar um perfil do agricultor familiar a partir de suas características, saber informações a respeito de sua participação no PNAE e opinião a respeito deste programa.

Para diagnosticar o perfil do agricultor familiar foram realizados questionamentos a respeito de sua faixa etária; nível de escolaridade; estado civil; quantas pessoas na família; quanto tempo reside na área rural; respeito da moradia (tamanho propriedade, localização, forma de acesso ao município e condições de tráfego); se exerce outra atividade a não ser rural; qual a cultura agropecuária que cultiva; os produtos cultivados na propriedade (se reside nela), quantas pessoas trabalham na propriedade.

A fim de diagnosticar informações a respeito do PNAE e a participação dos agricultores familiares foram feitos questionamentos a respeito de: participação em diversos programas; auxílio e assistência recebida para desenvolvimento da atividade agropecuária; quanto tempo participa do PNAE; os produtos que entrega; como obteve informações a respeito do programa; a opinião a respeito do PNAE (dificuldades, benefícios, o que precisa melhorar).

Foram entrevistados 10 agricultores familiares que fazem parte do PNAE, o que equivale a uma amostra de 53%, ou seja, foram entrevistados aproximadamente metade dos participantes do PNAE. Destes 10 entrevistados, 4 se recusaram a dar respostas a respeito de sua participação no programa.

⁴ Educação de Jovens e Adultos

⁵ EMATER: Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural

Excluindo-se os 4 que se recusaram, 6 pessoas deram informações a respeito do programa.

Dos entrevistados todos possuem acima de 30 anos de idade, que cursaram no máximo o segundo grau completo, sendo todos casados e com no mínimo três pessoas na família e residem na área rural há mais de 10 anos.

Em relação às condições de moradia todos residem na propriedade rural própria, sendo estes menores que 10 hectares. Esta área condiz com as exigências da Lei 11.326 de 24 de Julho de 2006, que exige que para ser considerado como agricultura familiar tenha que ter no máximo 4 módulos rurais.

Em relação às condições de tráfego, pelas respostas dos entrevistados para as propriedades que residem perto do asfalto, as vias de acesso são melhores, enquanto para as propriedades que residem mais longe do asfalto, ou seja, mais distante das vias de acesso à cidade as condições das estradas são precárias.

Em relação ao questionamento a respeito de exerce outra atividade a não ser a rural na propriedade e que gera renda familiar, todos responderam que possuem a agropecuária como única fonte de renda. É importante mencionar que 3 entrevistados responderam que a esposa e filhos trabalham na cidade em empregos formais (com registro em carteira) e informais (sem registro em carteira de trabalho) para complementar a renda da família.

Tal fator demonstra que a atividade desenvolvida na propriedade do agricultor familiar não está sendo insuficiente para o sustento da família, sendo necessário a este buscar alternativas de aumentar sua renda familiar. É importante buscar alternativas de geração de renda a partir da cultura desenvolvida pelo agricultor e/ou pela diversificação de culturas em sua própria propriedade, assim como fixar sua família na zona rural e englobar a família nas atividades agropecuárias.

Pelo questionamento a respeito da cultura desenvolvida pelo agricultor familiar 4 destes responderam que cultivam hortas, com plantio de verduras e legumes e os outros 2 responderam que possuem vacas leiteiras. Estes dois entrevistados fazem parte da cooperativa Coopermilk, que é uma associação dos produtores de leite. Sendo, portanto, os entrevistados fornecedores de

legumes, verduras e leite para a alimentação escolar e que fazem parte do PNAE.

Em relação ao cultivo para consumo próprio todos responderam que possuem hortas, pelo menos 1 vaca leiteira e criação de animais para consumo de carne (boi, porco, galinha). Também informaram que mesmo tendo a oportunidade de cultivar alguns produtos necessários na propriedade, a maioria dos alimentos são comprados em supermercados no município.

No questionamento a respeito de quantas pessoas trabalham na propriedade, todos responderam que trabalham juntos, o marido, esposa e filhos e que eventualmente em períodos de colheitas contratam de maneira informal e temporária (muito comum diaristas) pessoas para ajudar na colheita. Tal informação condiz com as exigências para se enquadrar na agricultura familiar, que é não possuir empregado, excluindo os temporários, sendo as atividades desenvolvidas pela família.

Pelo questionamento de quais programas destinados à agricultura familiar para geração de renda, todos responderam que participam do PAA – Programa de Aquisição de Alimentos, do PNAE, que são programas a nível federal e que participam da Feira do Produtor Rural, mas que a nível municipal não fazem parte de nenhum. Assim percebe-se que o município não possui programas de incentivo à agricultura familiar de forma direcionada.

Ao questionar os entrevistados a respeito do auxílio que lhes são prestados para o desenvolvimento da atividade agropecuária todos responderam que tem auxílio da EMATER, e alguns responderam que também buscam orientação e auxílio pelas cooperativas a que estão associados como a Coagru de Campina da Lagoa e a Coamo⁶ de Juranda e de Altamira do Paraná. Assim, pelas respostas obtidas percebe-se que a Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente tem participação mínima para auxílio dos agricultores, na visão dos entrevistados, e que todos quando necessitam de informação recorrem à EMATER.

Em relação ao à participação no PNAE, todos conheceram o programa por meio da divulgação da EMATER do município de Campina da Lagoa e que já participam deste programa há mais de 1 ano.

⁶ Coamo Agroindustrial Cooperativa

Ao questionar ao sobre o que cada entrevistado acha do programa, todos responderam que acham que o programa é bom, porque ajuda o agricultor familiar a aumentar sua renda, já que vendendo apenas a produção de outras formas não está sendo suficiente para o sustento da família. Além de que ao participar do programa a nível federal é certeza de que vai receber ao final, e não vai ter problema em não receber, desde que cumpra as exigências. Assim, percebe-se que ao participar do PNAE o agricultor tem complementação da renda familiar a partir de sua própria produção, além de ter garantia do recebimento.

As dificuldades apontadas foram a burocracia para preparação da documentação para participar do programa e na falta de informação das exigências legais e operacionais, dificuldade encontrada nas vias de acesso por meio de estradas em péssimas condições, falta de funcionários e profissionais qualificados da EMATER para ajudar e fornecer informações, falta de comunicação com a Secretaria da Agricultura e profissionais para fornecer informações.

Os benefícios apontados pelos entrevistados foram o pagamento pontual, incentiva a diversificação da cultura agrícola, é certeza do que foi produzido será vendido e recebido, o preço dos produtos é compatível com o preço praticado no mercado e até melhor que este.

Os pontos em que pode melhorar, segundo os entrevistados são informações e menos exigências burocráticas; o município poderia ajudar por meio de profissionais capacitados para repassar informações e auxiliar os produtores tanto na parte burocrática quanto no cultivo agrícola; melhorar as estradas.

Assim, percebe-se a necessidade de maior incentivo da gestão municipal à agricultura familiar. É interessante ressaltar que poderiam ser destinados mais recursos para o setor da agrícola, além dos 0,95% destinados no ano de 2010 para o departamento da agricultura descrito na Tabela 6. Também a Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente poderia fornecer mais informações para os agricultores familiares, fornecer também profissional capacitado para auxílio aos agricultores e incentivar os agricultores a participar dos programas de geração de renda. Além de incentivar cada vez mais a

diversificação de culturas, já que o município apresenta características que possibilita esta diversificação.

Por meio de informações obtidas, o PNAE para o agricultor familiar é um programa de incentivo à agricultura familiar que permite complementação de renda familiar; ajuda a fixar estes agricultores e sua família na propriedade na zona rural; incentiva a diversificação de cultura agrícola; incentiva o aumento da produção para a alimentação escolar e para a venda de outras formas, como em feiras.

Para o município de Campina da Lagoa, o PNAE ao incentivar a agricultura familiar incentiva a produção e o consumo local; melhora a qualidade da merenda escolar e a desempenho dos alunos; estimula o aumento do PIB municipal; evita o surgimento de grandes propriedades rurais e o desaparecimento das pequenas propriedades rurais; evita a evasão populacional; fortalece o comércio local porque gera mais renda e está passa a ser gasta no comércio; melhora a distribuição de renda; reduz a desigualdade social, visto que as pessoas passam a ter maior acesso aos produtos e serviços para atender sua necessidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÃO

A gestão pública municipal deve elaborar políticas públicas destinadas a setores deficitários a fim de atender a demanda da população e promover o crescimento e desenvolvimento do município.

A gestão pública municipal ao incentivar a agricultura familiar, por meio de programas e projetos a nível federal, estadual e municipal, possibilita o aumento da capacidade produtiva deste agricultor, geração de renda familiar, propicia maior geração de arrecadação de impostos para o município e conseqüentemente aplicação destes recursos em prol da população.

O município de Campina da Lagoa, campo de estudo desta pesquisa tem a economia local predominante o setor primário, por meio da agropecuária, e os demais setores secundários e terciários em crescimento, mas dependentes da agropecuária. O PIB municipal tem tendência ao crescimento, mas há forte tendência ao esvaziamento populacional.

Em relação à agropecuária, com predominância da monocultura agrícola. A maioria dos agricultores são pertencentes à agricultura familiar, ou seja, são pequenos agropecuaristas, que também desenvolvem atividades agrícolas e que buscam diversificação de culturas agrícolas, como a horticultura, floricultura, entre outros. Assim, o município apresenta tendência à diversificação de culturas.

As políticas públicas para o setor agrícola fazem parte do planejamento municipal sendo descritas na Lei Orgânica Municipal e no PPA, mas o Plano Diretor está ainda sendo elaborado, sendo este de suma importância. Também um instrumento para a aplicação da política pública agrícola chamado de Plano de Desenvolvimento Rural (PDRI) descrito na Lei Orgânica Municipal não foi elaborado. Assim, há planejamento e execução da política pública destinada ao setor agrícola no município que precisa de elaboração e execução dos instrumentos necessários e também implementação dos existentes.

Em relação ao PNAE, é um programa de complementação de renda familiar destinado aos agricultores participantes da agricultura familiar. Para o município de Campina da Lagoa o programa tem muita importância para a

alimentação escolar como para os participantes. Por meio deste programa os participantes têm possibilidade de aumentar sua produtividade, gerando ocupação de trabalho para a família, porque envolve a família na produção e gera renda.

Sendo, portanto, considerado o PNAE um programa bom para os agricultores familiares, bom para as escolas que possuem melhor alimentação escolar, bom para o desenvolvimento do município e para a população que fixa residência e tem suas necessidades atendidas.

Percebe-se, pelo PNAE a falta interesse da gestão pública municipal atual em incentivar a maior participação de agricultores neste programa, em elaborar programas e projetos a nível municipal destinadas à agricultura familiar, principalmente em questão de complementação de renda. Ou seja, o setor agropecuário do município está deficitário em questão de planejamento, execução das políticas públicas e dos instrumentos desta (programas, projetos e planos).

No questionamento da problematização que consiste em *A política pública voltada para a agricultura familiar do PNAE no município de Campina da Lagoa está sendo eficiente e suficiente para atender a demanda do público-alvo*. Sabe-se que em relação aos participantes está tendo resultado, mas precisa ser incentivado pela gestão para que atenda o maior número de agricultores familiares. Assim, o PNAE ainda é incipiente no município.

A partir da hipótese de que *por meio do incentivo da gestão municipal há melhoria das condições de vida das famílias dos agricultores familiares e conseqüentemente traz melhorias para o município e para a população local*, é verdadeira porque o programa é uma forma de complementação de renda que só tende a beneficiar o agricultor, o município e a população local.

O objetivo do estudo de *Avaliar o Programa Nacional Alimentação Escolar no município de Campina da Lagoa/Pr*, foi alcançado ao verificar que o programa só traz benefícios para os envolvidos, sendo este considerado bom e atraente para outros agricultores familiares que vêem aumentar sua renda e suas possibilidades.

Como sugestão para a gestão pública municipal, é necessária reestruturação da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente, definindo competência e capacitando/contratando profissionais que possam auxiliar os

agricultores familiares; é necessário readequar o planejamento municipal e aplicar os instrumentos e ferramentas, não os deixando apenas como meras formalizações; maior incentivo ao Setor Agropecuarista e principalmente à agricultura familiar a nível municipal; incentivo à participação dos agricultores a programas a níveis federal e estaduais e disponibilizações de informações.

6 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Nº. 4.504, de 30 de Novembro de 1964.** Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Disponível em: < <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/dh/volume%20i/prol%20ei4504.htm> >. Acesso em 14 de Novembro de 2011.

BRASIL. **Lei Nº 11.326, de 24 de Julho de 2006.** Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm >. Acesso em 13 de Novembro de 2011.

BRASIL. **Lei Nº 11.497, de 16 de Junho de 2009.** 2009a. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Disponível em: < <http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/alimenta-o-escolar/LEI11947.pdf> >. Acesso em 13 de Novembro de 2011.

BRASIL. **Resolução/CD/FNDE Nº 38, de 16 de Julho de 2009.** 2009b. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar. Disponível em: < http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/alimenta-o-escolar/RES38_FNDE.pdf >. Acesso em 13 de Novembro de 2011.

COSTA, Frederico Lustosa; CASTANHAR, João Cezar. **Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos.** 2003. In: RAP, Rio de Janeiro 37 (5): 969-92, Set./Out. 2003. disponível em: < http://www.fgv.br/ebape/nova-ebape/comum/arg/Costa_castanha.pdf >. Acesso em 13 de Novembro de 2011.

DINARDI, Reni Antonio. **Agricultura familiar e políticas públicas:** alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. 2001. Disponível em: < <http://www2.ufersa.edu.br/portal/view/uploads/setores/241/ Agricultura.pdf> >. Acesso em 13 de Novembro de 2011.

FIGUEIREDO, Marcus Faria; FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. **Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referencia teórica.** In: Análise e conjuntura. Belo Horizonte, v.1 (3) 107-127, set./dez.1986. Disponível em: < <http://www.fjp.mg.gov.br/revista/analiseconjuntura/viewarticle.php?id=38> >. Acesso em 13 de Novembro de 2011.

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Alimentação Escolar**. 2011. Disponível em: < <http://www.fnde.gov.br/index.php/programas-alimentacao-escolar> >. Acesso em 13 de Novembro de 2011.

FREY, Klaus. **Políticas Públicas**: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. 2000. Disponível em: < <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/89/158> >. Acesso em 13 de Novembro de 2011.

GRANJA, Sandra Inês Baraglio. **Elaboração e avaliação de projetos**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monográficas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produto Interno dos Municípios 2003-2007**. Contas Nacionais número 30. 2009. Disponível em: < http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2003_2007/PIB_2003_2007.pdf >. Acesso em 14 de Novembro de 2011.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário**. 2006. Disponível em: < ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Agropecuario_2006/agri_familiar_2006/ >. Acesso em 14 de novembro de 2011.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Caderno Estatístico município de Campina da Lagoa. 2011a. Disponível em: < <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/Montapdf.php?Municipio=87345&btOk=ok> >. Acesso em 13 de Novembro de 2011.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Perfil do Município de Campina da Lagoa**. 2011b. Disponível em: < http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?Municipio=87345&btOk=ok >. Acesso em 13 de Novembro de 2011.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Paraná – **Projeção das populações municipais por sexo e idade 2001-2020**. [s.d.] Disponível em: < http://www.ipardes.gov.br/pdf/projecoes_municipais.pdf >. Acesso em 13 de Novembro de 2011.

MALMEGRIN, Maria Leonidia. **Gestão Operacional**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2010.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de Metodologia Científica**: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. 3ª reimpressão da 2ª edição de 1999. São Paulo: Pioneira Thomso, Learning, 2001.

OLIVEIRA NETTO. Alvim Antonio de. **Metodologia da Pesquisa Científica: guia prático para apresentação de trabalhos acadêmicos**. 2 ed. rev. e atual. Florianópolis: Visual Books, 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA DA LAGOA. **Lei Orgânica de Campina da Lagoa**. 1999.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA DA LAGOA. **Prestação de Contas - 2009**. 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA DA LAGOA. **Prestação de Contas - 2010**. 2010.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]:CAPES: UAB, 2009.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia científica**: guia para eficiência nos estudos. 6. Ed. – 5. reimpr. São Paulo: Atlas, 2011.

SECRETARIA DA AGRICULTURA FAMILIAR. **Alimentação Escolar** – Programas. 2011a. Disponível em: <
<http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/alimentacaoescolar> >. Acesso em 13 de Novembro de 2011.

SECRETARIA DA AGRICULTURA FAMILIAR. **Alimentação Escolar – Repasse FNDE por Estado.** 2011b. Disponível em: < [http://www.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/alimenta-o-escolar/repasse-fnde-por-estado/Cat%C3%A1logo_AF_E_AE - EstadoPR.xls](http://www.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/alimenta-o-escolar/repasse-fnde-por-estado/Cat%C3%A1logo_AF_E_AE_-_EstadoPR.xls) >. Acesso em 14 de Novembro de 2011.

SECRETARIA DA AGRICULTURA FAMILIAR. **Cartilha de acesso ao Pronaf – Saiba como obter crédito para a agricultura familiar, 2011/2012.** Brasília, DF, 2011c. Disponível em: < [http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/F8D5FB4FAB4789938325771C0068DA07/\\$File/NT00044052.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/F8D5FB4FAB4789938325771C0068DA07/$File/NT00044052.pdf) >. Acesso em 13 de Novembro de 2011.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas:** uma revisão da literatura. IN: Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez. 2006, p.20-45. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222006000200003&lng=pt&nrm=iso > Acesso em 13 de Novembro de 2011.

TEODORO, Paulo Alberto Vilas Boas; et al. **Agricultura Familiar: uma alternativa para o desenvolvimento sustentável.** 2005. Disponível em: < [http://cac-
php.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario2/trabalhos/economia/meco05.pdf](http://cac-
php.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario2/trabalhos/economia/meco05.pdf) >. Acesso em 13 de Novembro de 2011.

TINOCO, Sonia Terezinha Juliatto. **Conceituação de Agricultura Familiar – uma revisão bibliográfica.** 2005. Disponível em: < <http://www.cati.sp.gov.br/Cati/tecnologias/teses/TESESONIATINOCO.pdf> >. Acesso em 13 de Novembro de 2011.

APENDICE

APENDICE A: Questionário para entrevista com agricultores familiares participantes o PNAE

NOME: _____

a) Faixa etária:

- () Menor de 18 anos () Entre 18 e 20 anos () de 21 a 30 anos
() de 31 a 40 anos () Entre 41 e 50 anos () acima de 50 anos

b) Nível de escolaridade

- () analfabeto () 1º grau incompleto () 1º grau completo
() 2º grau completo () 2º grau incompleto () 3º grau incompleto
() 3º grau completo

c) Estado civil: () solteiro () casado () outros: _____

d) Quantas pessoas na família: _____

e) Quanto tempo reside na área rural _____

f) Propriedade rural: () moradia () mora na cidade

Tamanho da propriedade: _____

Localização: _____

Forma de acesso ao município: _____

Condições de tráfego: _____

g) Exerce outra atividade a não ser rural: () não () sim

Qual: _____

h) Qual a cultura agropecuária que cultiva:

Principal: _____

Secundária: _____

Terciária: _____

i) Os produtos usados na alimentação familiar é em sua maioria:

- () cultivado na propriedade () comprado em supermercados

j) Para consumo próprio o que você cultiva ou tem na propriedade:

- () frutas, verduras e legumes por meio de hortas
() criação de animais para consumo carne
() vaca para fornecimento de leite
() não cultivo hortaliças e não possui criação de animais

l) Quantas pessoas trabalham na propriedade?

- () esposa () filhos () parentes

() empregados : fixos: _____ temporários: _____

m) Você participa de algum programa destinado à agricultura familiar:

() não () sim: Qual: _____

n) Para auxiliar na agropecuária, você tem auxílio de quem:

() Emater () Assistência técnica Coagru () Assistência Técnica particular

() Secretaria da Agricultura, e () Secretaria da Educação

o) Você participa do PNAE: _____

p) Há quanto tempo participa deste programa? _____

q) Quais os produtos que você cultiva na propriedade e entrega?

r) Como ficou sabendo do programa?

s) O que você acha deste programa: () bom () ruim Porque?

t) Quais as dificuldades do programa

u) Quais os benefícios do programa

p) O que você acha que poderia Melhorar
